

Da Política à Vida

Anti-copyright

raividições 2006

www.bloxster.net/raividita

raividita@yahoo.com

***Livrando a Anarquia do
Fardo Esquerdista***

por Wolfi Landstreicher

Da Política à Vida: *Livrando a anarquia do fardo esquerdista*

Desde o tempo em que o anarquismo se definia como um movimento radical distinto que tem sido associado com a esquerda, mas esta associação nunca foi fácil. Os esquerdistas que estavam numa posição de autoridade (incluindo aqueles que se auto-intitulavam anarquistas, como os líderes da CNT e da FAI em Espanha em 1936-37) descobriram que o objectivo anarquista da total transformação da vida, e o consequente princípio de que os fins deverão já existir nos meios de luta, era um obstáculo aos seus programas políticos. A verdadeira insurreição explode sempre muito mais além de qualquer programa político, e os anarquistas mais coerentes viram a realização dos seus sonhos precisamente neste desconhecido lugar mais além. Ainda assim, uma vez após outra, quando os fogos da insurreição arrefeciam (e, mesmo ocasionalmente, como em Espanha em 1936-37, enquanto ainda ardiam brilhantemente) os líderes anarquistas tomariam o seu lugar novamente como “a consciência da esquerda “. Mas, se a expansividade de sonhos anarquistas e os princípios que esta implica têm sido um obstáculo para os esquemas políticos da esquerda, estes esquemas têm sido um ainda maior fardo nas costas do movimento anarquista, puxando-o para baixo com o “realismo” que não pode sonhar.

Para a esquerda, a guerra social contra a exploração e a opressão é essencialmente um programa político para ser realizado através de quaisquer meios que forem convenientes. Tal concepção requer obviamente uma metodologia política de luta, e tal metodologia vai certamente contra alguns princípios básicos do anarquismo. Em primeiro lugar, a política, enquanto categoria distinta da existência social, é a separação

uma das nossas vidas como nossas, num movimento colectivo pela realização individual, só pode ser enganado por programas políticos, organizações “revolucionárias” e constructos ideológicos que exigem o nosso serviço, porque também estes, tal como o estado e o capital, exigem que lhes entreguemos as nossas vidas em vez de as tomamos como nossas. Os nossos sonhos são demasiado grandes para os estreitos limites dos esquemas políticos. Há muito que passou o tempo de deixarmos a esquerda para trás e de percorrermos o nosso alegre caminho em direcção ao desconhecido da insurreição e à criação de vidas completas e auto-determinadas.

8. A rejeição da ideologia, ou seja, a rejeição de cada programa, ideia, abstracção, ideal ou teoria que seja colocada acima da vida e dos indivíduos, como um constructo que deve ser servido. A consequente rejeição de Deus, do Estado, da Nação, da Raça, etc., mas também do Anarquismo, Primitivismo, Comunismo, Liberdade, Razão, do Indivíduo, etc., quando estes se tornam ideais aos quais alguém sacrifica os seus desejos, aspirações, sonhos. O uso de ideias, a análise teórica e a capacidade para raciocinar e pensar abstractamente e criticamente como ferramentas para a realização dos nossos objectivos, para a reapropriação da vida e para o agir contra tudo o que estiver no caminho desta reapropriação. A rejeição de respostas fáceis, que acabam por actuar como vendas, às tentativas das pessoas de examinarem a realidade que enfrentam, em detrimento do contínuo questionamento e exploração teórica.

No meu entender, isto é o que constitui um verdadeiro corte com a esquerda. Onde qualquer uma destas rejeições esteja em falta - quer seja na teoria ou na prática – permanecem vestígios da esquerda, e isto é um obstáculo para o nosso projecto de libertação. Visto que este corte se baseia na necessidade de libertar a prática da anarquia dos confins da política, ele não é com certeza uma aceitação da direita ou de qualquer outra parte do espectro político. É, isso sim, um reconhecimento de que uma luta pela transformação da totalidade da vida, uma luta para reavermos cada

das decisões que determinam as nossas vidas e da execução dessas decisões. Esta separação está presente nas instituições que fazem e impõem tais decisões. Pouco importa o quão democráticas ou consensuais essas instituições são; a separação e institucionalização inerentes à política constituem sempre uma imposição, simplesmente porque exigem que as decisões sejam tomadas antes que surjam as circunstâncias a que estas se referem. Isto faz com que seja necessário que elas adquiram regras gerais que devem ser aplicadas em certos tipos de situações, independentemente das circunstâncias específicas. As sementes do pensamento ideológico – no qual as ideias comandam as actividades dos indivíduos em vez de servirem os indivíduos no desenvolvimento dos seus próprios projectos – são aqui instituídas, mas falarei disso mais tarde. De igual importância, de uma perspectiva anarquista, é o facto de o poder residir nas instituições que tomam as decisões e as impõem. E a concepção esquerdista de luta social é precisamente uma de influenciar, tomar conta ou criar versões alternativas destas instituições. Por outras palavras, é uma luta para mudar, não para destruir as relações de poder institucionalizadas.

Esta concepção de luta, com a sua base programática, requer uma organização como meio de levar a cabo a luta. A organização representa a luta, pois ela é a expressão concreta do seu programa. Se os envolvidos definem tal programa como revolucionário e anarquista, então a organização passa a representar a revolução e a anarquia para eles, e a força da organização é igualada à força da luta revolucionária e anarquista. Um bom exemplo disto encontra-se na revolução Espanhola, onde a liderança da CNT, depois de inspirar os trabalhadores e camponeses da Catalunha a expropriar os meios de produção (assim como as

armas com as quais formaram as suas milícias livres), não dissolveram a organização, não permitindo aos trabalhadores explorarem a recriação da vida social nos seus próprios termos, tendo, em vez disso, tomado controlo da gestão da produção. Este confundir a gestão feita pelo sindicato pela auto-gestão dos trabalhadores teve resultados que podem ser estudados por qualquer pessoa que se disponha a olhar criticamente para estes acontecimentos. Quando a luta contra a ordem dominante é, assim, separada dos indivíduos que a levam a cabo e é colocada nas mãos da organização, ela deixa de ser o projecto auto determinado desses indivíduos e, em vez disso, torna-se uma causa exterior à qual eles aderem. Porque esta causa é igualada à organização, a actividade primária dos indivíduos que a ela aderem é a manutenção e expansão da organização.

Na verdade, a organização esquerdista é o meio através do qual a esquerda pretende transformar as relações de poder institucionalizadas. Seja isto feito através do apelo aos governantes actuais e ao exercício dos direitos democráticos, através da conquista, eleitoral ou violenta, do poder do estado, através da expropriação institucional dos meios de produção ou através de uma combinação destes meios, pouco importa. De modo a alcançar isto, a organização tenta passar a ser um poder alternativo ou um contra-poder. É por isto que ela tem de abraçar a ideologia actual do poder, i.é., a democracia. A democracia é aquele sistema de tomada de decisão separada e institucionalizada que requer a criação de consenso social para programas lançados. Embora o poder resida sempre na coerção, no quadro democrático ele é justificado através do consenso que pode atingir. Esta é a razão pela qual é necessário para a esquerda procurar o máximo de apoiantes possível, números para apre-

identidades sociais.

7. A rejeição do colectivismo, da subordinação do indivíduo ao grupo. A rejeição da ideologia da responsabilidade colectiva (uma rejeição que não significa a recusa de uma análise social ou de classes mas que, em vez disso, retire o juízo moral de tal análise, e recuse a perigosa prática de culpar indivíduos por acções que foram feitas em nome de, ou que foram atribuídas a, uma categoria social da qual se diz fazerem parte, mas sobre a qual não tiveram escolha – e.g., “judeu”, “cigano”, “homem”, “branco”, etc). A rejeição da ideia de que qualquer pessoa, quer seja devido a um “privilégio” ou à suposta pertença a um grupo oprimido específico, deve solidarizar-se acriticamente a qualquer luta ou movimento, e o reconhecimento de que tal concepção é um grande obstáculo em qualquer sério processo revolucionário. A criação de projectos e acções colectivas que sirvam as necessidades e desejos dos indivíduos envolvidos, e não vice-versa. O reconhecimento de que a alienação fundamental imposta pelo capital não é baseada numa qualquer ideologia hiper-individualista que ele possa promover mas que, ao invés, surge do projecto colectivo de produção que impõe, o qual expropria as nossas capacidades criativas individuais de modo a alcançar os seus objectivos. O reconhecimento da libertação de todo e qualquer indivíduo para poder determinar as condições da sua existência em livre associação com outros da sua escolha – i. e., a reapropriação individual e social da vida – como o primeiro objectivo de revolução.

actual trajectória – à qual os líderes e os seus leais reformistas e a oposição “revolucionária” chamam “progresso” – é inerentemente perigosa para a liberdade individual, para a livre associação, para as relações humanas saudáveis, para a totalidade da vida e do próprio planeta. Reconhecer que esta trajectória deve ter um fim e que devem ser desenvolvidas novas maneiras de viver e de nos relacionarmos, se queremos atingir autonomia e liberdade total. (Isto não leva necessariamente a uma rejeição absoluta da tecnologia e da civilização, e tal rejeição não constitui a linha limite de uma quebra com a esquerda, mas a rejeição do progresso significa decididamente uma disposição para examinar e questionar séria e criticamente a civilização e a tecnologia e, particularmente, o industrialismo. Aqueles que não estão dispostos a abordar tais questões... o mais certo é continuarem a manter o mito do progresso.)

6. A rejeição da política de identidade. O reconhecimento de que, enquanto que vários grupos oprimidos experienciam a sua espoliação sob maneiras específicas à sua opressão e a análise destas especificidades é necessária de modo a obter um total entendimento de como a dominação funciona, ainda assim, a espoliação é, fundamentalmente, o roubo da capacidade de cada um de nós, como indivíduos, de criarmos as nossas vidas do nosso próprio modo em livre associação com outros. A reapropriação da vida ao nível social, assim como a sua total reapropriação ao nível individual, pode apenas ter lugar quando pararmos de nos identificar essencialmente em termos das nossas

sentar em apoio dos seus programas. Deste modo, na sua adesão à democracia, a esquerda deve abraçar a ilusão quantitativa.

A tentativa de ganhar apoiantes requer o apelo ao mínimo denominador comum. Por isso, em vez de levar a cabo uma vital exploração teórica, a esquerda desenvolve um conjunto de doutrinas simplistas, através das quais se vê o mundo e uma ladainha de ultrajes morais perpetuados pelos dominadores actuais, que os esquerdistas esperam que tenham o apoio das massas. Qualquer questionamento ou especulação fora deste quadro ideológico é veementemente condenada ou vista com incompreensão. A incapacidade de uma séria exploração teórica é a consequência de aceitar a ilusão quantitativa, segundo a qual o número de apoiantes, independentemente da sua passividade e ignorância, é considerado o reflexo de um forte movimento, em vez da qualidade e coerência das ideias e práticas.

A necessidade política de apelar “às massas” leva também a esquerda a usar o método das pequenas exigências aos governantes que estejam no poder. Este método é certamente consistente com um projecto de transformação das relações de poder, precisamente porque não desafia essas relações na sua base. Na verdade, ao fazer exigências àqueles que estão no poder, implica que simples (embora possivelmente extremos) ajustes das actuais relações são suficientes para a realização do programa da esquerda. O que não é posto em questão neste método é a ordem dominante em si, porque isto iria ameaçar o quadro político da esquerda.

Implicita nesta abordagem de mudança das pequenas exigências está a doutrina do progressismo (de facto, um dos rótulos mais populares actualmente entre os esquerdistas e liberais – que preferem deixar para

trás estes outros rótulos com reputação manchada – é precisamente “progressista”). Progressismo é a ideia de que a actual ordem das coisas é o resultado de um progressivo (embora possivelmente “dialéctico”) processo de melhoramento e, se nos esforçarmos (quer seja através da votação, petição, litigação, desobediência civil, violência política ou até da conquista de poder – qualquer coisa menos a sua destruição), podemos levar este processo mais além. O conceito de progresso e a abordagem das pequenas exigências, que é a sua expressão prática, apontam para outro aspecto quantitativo da concepção esquerdista da transformação social. Esta transformação é simplesmente uma questão de graus, da posição de alguém segundo uma trajectória contínua. O ajustamento na medida certa fará com que cheguemos “lá” (seja “lá” onde quer que seja). Reforma e revolução são simplesmente diferentes níveis da mesma actividade. Tal é o absurdo do esquerdismo, que permanece cego à esmagadora evidência de que a única trajectória na qual temos estado, pelo menos desde a ascensão do capitalismo e do industrialismo, é o cada vez maior empobrecimento da existência, e isto não pode ser reformado.

A abordagem das pequenas exigências e a necessidade política de categorização leva também a esquerda a valorizar as pessoas em termos da sua pertença a vários grupos oprimidos e explorados, como os “trabalhadores”, as “mulheres”, as “pessoas de cor”, os “gays e lésbicas”, e por aí fora. Esta categorização é a base da política de identidade. Política de identidade é a forma particular de falsa oposição na qual as pessoas oprimidas escolhem identificar-se com uma categoria social específica, através da qual a sua opressão é reforçada, como sendo um suposto acto de desafio contra a sua opressão. Na verdade, a contínua

ca, pelo contrário, de se esforçar por levar a cabo os seus projectos, da melhor maneira possível, de um modo consistente com as suas ideias, sonhos e desejos, atraindo assim potenciais cúmplices com os quais desenvolver relações de afinidade e expandir a prática da revolta.

4. A rejeição de fazer exigências àqueles no poder, escolhendo, em vez disso, uma prática de acção directa e ataque. A rejeição da ideia de que podemos realizar os nossos desejos de auto-determinação através de pequenas exigências que, na melhor das hipóteses, apenas oferecem um melhoramento dos danos provocados pela ordem social do capital. Reconhecer a necessidade de atacar esta sociedade na sua totalidade, de modo a alcançar uma consciência prática e teórica em cada luta parcial sobre a totalidade que deve ser destruída. Assim, também, a capacidade para ver o que é potencialmente revolucionário – o que passou para lá da lógica das exigências e das pequenas mudanças – nas lutas sociais parciais, visto que, afinal, toda a ruptura radical insurreccional tem sido despoletada por uma luta que começou como uma tentativa para ganhar pequenas exigências, mas que deixou, na prática, de exigir para simplesmente tomar o que era desejado e ainda mais.

5. A rejeição da ideia de progresso, da ideia de que a actual ordem das coisas é o resultado de um processo de melhoramento em marcha, que podemos levar mais além, possivelmente até à sua apoteose, se nos esforçarmos para tal. Reconhecer que a

ou grupos explorados, luta social, revolução ou anarquia. Daí também a rejeição de todas as organizações formais – partidos, sindicatos, federações e coisas deste tipo – que, devido à sua natureza programática, tomam um tal papel representativo. Isto não significa a rejeição da capacidade para organizar as actividades específicas necessárias para a luta revolucionária mas, em vez disso, a rejeição da sujeição da organização de tarefas e projectos à formalidade de um programa organizacional. A única tarefa que até agora mostrou requerer uma organização formal, foi o desenvolvimento e manutenção de uma organização formal.

3. A rejeição da democracia e da ilusão quantitativa. A rejeição da visão de que o número de aderentes a uma causa, ideia ou programa é o que determina a força da luta, em vez de o valor qualitativo da prática da luta como um ataque contra as instituições de dominação e como um reapropriação da vida. A rejeição de toda a institucionalização ou formalização de tomada de decisão e, na verdade, de qualquer concepção de tomada de decisão como um momento separado da vida e da prática. Assim como a rejeição do método evangélico, que se esforça por açambarcar as massas. Tal método assume que a exploração teórica está a acabar, que alguém tem a resposta à qual todos devemos aderir e que por isso qualquer método é aceitável para levar a mensagem para o exterior, mesmo que esse método contradiga o que estamos a dizer. Isso leva as pessoas a procurar seguidores que aceitem a posição de outrem, em vez de procurarem companheiros e cúmplices com os quais levar a cabo as suas explorações. A práti-

identificação com este papel social limita a capacidade daqueles que praticam a política de identidade para analisarem a fundo a sua situação nesta sociedade e de agirem como indivíduos contra a sua opressão. Isto garante, assim, a continuação das relações sociais que causam as suas opressões. Mas apenas como membros de categorias são estas pessoas úteis, como peões das manobras políticas da esquerda, porque tais categorias sociais tomam o papel de grupos de pressão e blocos de poder dentro do quadro da democracia.

A lógica política da esquerda, com os seus requisitos organizacionais, a sua aceitação da democracia, a ilusão quantitativa e a valorização das pessoas como meros membros de categorias sociais, é inerentemente colectivista, suprimindo o indivíduo como tal. Isto expressa-se na procura de indivíduos que se sacrifiquem às várias causas, programas e organizações da esquerda. Por detrás desta procura encontram-se as ideologias manipulativas da identidade colectiva, responsabilidade colectiva e culpa colectiva. Indivíduos que são definidos como fazendo parte de um grupo “privilegiado” – “heterossexuais”, “brancos”, “homens”, “desenvolvidos”, “classe média” – tornam-se responsáveis por toda a opressão que se atribui àquele grupo. Depois, são manipulados para espiarem estes “crimes”, dando apoio acrítico àqueles mais oprimidos que eles. Os indivíduos que são definidos como fazendo parte de um grupo oprimido são manipulados de modo a aceitarem a identidade colectiva deste grupo como consequência de uma “solidariedade” obrigatória – *sisterhood*, nacionalismo negro, identidade *gay*, etc.. Se eles rejeitarem, ou até criticarem, de modo profundo e radical esta identidade de grupo, tal é igualado à aceitação da sua própria opressão. De facto, o indivíduo que age por si mesmo (ou apenas com aqueles com quem ela/

ele desenvolve verdadeira afinidade) contra a sua opressão e exploração como ele/ela os experiencia na sua vida, é acusado de “individualismo burguês”, apesar do facto de ela/ele estar a lutar precisamente contra a alienação, separação e atomização que é o resultado inerente da actividade social colectiva e alienada que o estado e o capital – a denominada “sociedade burguesa” – impõem sobre nós.

Porque o esquerdismo é a percepção activa da luta social enquanto programa político, ele é ideológico da cabeça aos pés. A luta da esquerda não cresce dos desejos, necessidades e sonhos dos indivíduos vivos explorados, oprimidos, dominados e espoliados por esta sociedade. Não é a actividade de pessoas que lutam pela reapropriação das suas próprias vidas e que procuram as ferramentas necessárias para o fazer. Em vez disso, é um programa formulado nas mentes de líderes esquerdistas ou em reuniões organizacionais que existe acima e antes da luta individual das pessoas e à qual estas se devem submeter. Seja qual for o *slogan* deste programa – socialismo, comunismo, anarquismo, *sisterhood*, o povo africano, direitos dos animais, libertação da terra, primitivismo, auto-organização dos trabalhadores, etc, etc – isto não providencia uma ferramenta para o uso dos indivíduos nas suas lutas contra a dominação mas, em vez disso, exige que os indivíduos troquem a dominação da ordem vigente pela dominação do programa esquerdista. Por outras palavras, isto exige que os indivíduos continuem a desistir da sua capacidade para determinar a sua própria existência.

No seu melhor, o esforço anarquista tem sido sempre a total transformação da existência baseada na reapropriação da vida por cada e qualquer indivíduo, agindo em livre associação com outros da sua escolha. Esta visão pode ser encontrada na escrita poética de qualquer

conhecido anarquista, e foi o que fez o anarquismo “a consciência da esquerda”. Mas de que serve a consciência de um movimento que não partilha e não pode partilhar o fôlego e a profundidade dos seus sonhos, se alguém deseja realizar esses sonhos? Na história do movimento anarquista, estas perspectivas e práticas mais próximas da esquerda, tais como o anarco-sindicalismo ou o plataformismo, têm sempre tido muito pouco do sonho e muito do programa sobre eles. Agora que o esquerdismo deixou de ser uma força significativamente distinta de qualquer forma do resto da esfera política, pelo menos no mundo ocidental, não há certamente nenhuma razão para continuar a carregar este fardo nas nossas costas. A realização dos sonhos anarquistas, dos sonhos de qualquer indivíduo ainda capaz de sonhar e de desejar independentemente ser o criador autónomo da sua própria existência, requer um consciente e rigoroso corte com a esquerda. No mínimo, este corte significaria:

1. A rejeição de uma percepção política da luta social; o reconhecimento de que a luta revolucionária não é um programa, mas antes a luta pela reapropriação individual e social da totalidade da vida. Como tal, é inerentemente anti-política. Por outras palavras, opõe-se a qualquer forma de organização social – e a qualquer método de luta – na qual as decisões sobre como viver e lutar são separadas da execução dessas decisões, independentemente do quão democrático e participatório este processo separado de tomada de decisão possa ser.

2. A rejeição do organizacionalismo, significando isto a rejeição da ideia de que qualquer organização pode representar indivíduos